ARTIGO 10.º
(Campo de aplicação da Carta)

A presente Carta aplica-se a todas as actividades relativas ao desenvolvimento da estatística, designadamente o seu ambiente institucional, os processos de produção da estatística e os respectivos resultados, em particular nas seguintes actividades:

- Legislação estatística;
- Advocacia a favor da estatística;
- Harmonização dos métodos de recolha, produção e divulgação de dados estatísticos;
- Mobilização de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de actividades estatísticas e o funcionamento eficiente do Sistema de Estatística Africano;
- Elaboração e actualização de definições, conceitos, normas e padrões, nomenclaturas e metodologias;
- Coordenação das actividades estatísticas;
- Recolha, tratamento, gestão e arquivo de dados;
- Divulgação e utilização da informação estatística;
- Análise e investigação estatística; e
- Formação na área da estatística e desenvolvimento de recursos humanos.

ARTIGO 11.º
(Divulgação da Carta)

Os Estados-Partes devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar a maior divulgação da presente Carta, em conformidade com as disposições e procedimentos pertinentes das respectivas constituições.

PARTE II
Disposições Finais

ARTIGO 12.º
(Cláusulas de salvaguarda)

Nenhuma disposição da presente Carta poderá ser interpretada como sendo uma derrogação dos princípios e os valores contidos em outros instrumentos pertinentes de promoção do desenvolvimento de estatísticas em África.

ARTIGO 13.º
(Interpretação)

O Tribunal Africano de Justiça resolverá quaisquer questões surgidas na interpretação e na aplicação da presente Carta. Até à sua criação, essas questões serão submetidas à Conferência da União.

ARTIGO 14.º
(Assinatura, Ratificação e Adesão)

1. A presente Carta está aberta à assinatura, ratificação e adesão dos Estados-Membros, em conformidade com os respectivos procedimentos constitucionais.

2. Os instrumentos de ratificação ou adesão serão depositados junto do Presidente da Comissão.

ARTIGO 15.º
(Entrada em vigor)

1. A presente Carta entrará em vigor 30 (trinta) dias após o depósito de instrumento de ratificação por de 15 (quinze) Estados-Membros.

2. Para cada Estado-Membro que tenha aderido à presente Carta após a sua entrada em vigor, ela produzirá efeitos na data do depósito, por esse Estado, do respectivo instrumento de adesão junto do Presidente da Comissão.

3. O Presidente da Comissão notificará os Estados-Membros sobre a entrada em vigor da presente Carta.

ARTIGO 16.º
(Emendas e revisão)

1. Qualquer Estado-Parte pode submeter propostas de emenda ou revisão da presente Carta.

2. As propostas de emenda ou revisão serão submetidas por escrito ao Presidente da Comissão que, por seu turno, enviará as respectivas cópias aos Estados-Partes nos 30 (trinta) dias seguintes à data de recepção.

3. A Conferência, por recomendação do Conselho Executivo, procederá à análise das propostas dentro do prazo de 1 (um) ano após a sua notificação aos Estados-Partes, ao abrigo das disposições do parágrafo 2 do presente artigo.

4. A emenda ou revisão será adoptada pela Conferência, devendo ser submetida à ratificação por todos os Estados-Partes, em conformidade com os respectivos procedimentos constitucionais. A emenda ou revisão entrará em vigor 30 (trinta) dias após o depósito de instrumentos de ratificação por 15 (quinze) Estados-Partes.

ARTIGO 17.º
(Depositário)

A presente Carta, feita em 4 (quatro) exemplares originais, em árabe, inglês, francês e português, sendo igualmente autênticos, será depositada junto do Presidente da Comissão que, por sua vez, enviará uma cópia autenticada a cada Estado Signatário, devendo notificar as datas de depósito dos instrumentos de ratificação ou adesão. O Presidente da Comissão procederá ao registo da presente, desde a sua entrada em vigor, junto do Secretário Geral das Nações Unidas.

Adoptada pela 12.ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, aos 4 de Fevereiro de 2009.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*. (22-3620-A-AN)

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**Decreto Executivo n.º 223/22
de 19 de Maio**

Havendo a necessidade de se aprovar o Regulamento sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão Nacional para a Organização Internacional do Trabalho, integrada por representantes do Governo, das Organizações

dos Empregadores e das Organizações dos Trabalhadores, nos termos estabelecidos nos artigos 19.º e 22.º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, da qual a República de Angola é Estado-Membro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com as alíneas f) e g) do Decreto Presidencial n.º 220/20, de 27 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, determina-se:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão Nacional para a Organização Internacional do Trabalho, anexa ao presente Diploma de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Regulamento.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação das normas do presente Regulamento serão resolvidas pelo Titular responsável da Administração do Trabalho.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor à data da sua aprovação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 2022.

A Ministra, *Teresa Rodrigues Dias*.

**REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO
NACIONAL PARA A ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DO TRABALHO**

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas e os procedimentos a observar no funcionamento da Comissão Nacional para a Organização Internacional do Trabalho, abreviadamente (CN/OIT), constituída por representantes do Governo, das Organizações dos Empregadores e das Organizações dos Trabalhadores, cujo cumprimento é obrigatório e deve ser rigorosamente observado por todos os seus membros.

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

Constituem objectivos da Comissão Nacional para a Organização Internacional do Trabalho:

- a) Estudar a doutrina e a jurisprudência em matéria de Normas Internacionais e Nacionais do Trabalho;
- b) Velar pelo cumprimento do disposto na Constituição da Organização Internacional do Trabalho, em especial nos seus artigos 19.º e 22.º;
- c) Elaborar o Relatório Final do Governo Angolano a apresentar ao Bureau Internacional do Trabalho (B.I.T.) sobre as Convenções ratificadas e não ratificadas;
- d) Preparar a participação da República de Angola às Sessões das Conferências Internacionais do Trabalho da OIT, do Conselho de Administração, da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da União Africana, da SADC e outros encontros;
- e) Participar nas discussões relativas aos projectos de assistência técnica com a OIT ou com as demais instituições especializadas das Nações Unidas.

CAPÍTULO II
Organização e Funcionamento

ARTIGO 3.º
(Composição)

1. A Comissão Nacional para OIT é tripartida, composta por 12 (doze) membros, nomeadamente:

- a) Representantes do Governo — 6;
- b) Representantes das Organizações dos Empregadores — 3; e
- c) Representantes das Organizações dos Trabalhadores — 3.

2. Os membros da Comissão Nacional para a OIT são nomeados por Despacho do Titular Responsável da Administração do Trabalho.

3. Os Representantes dos Empregadores e dos Trabalhadores são nomeados por indicação das respectivas Organizações.

4. A Comissão é dirigido/a por um/a Coordenador/a que é coadjuvado por Coordenador/a-Adjunto/a.

ARTIGO 4.º
(Funcionamento)

1. A Comissão Nacional para a OIT funciona, em sessões ordinárias, uma vez por mês, e extraordinárias, sempre que necessário, mediante convocação do/a Coordenador/a.

2. A reunião realiza-se sempre que estejam, efectivamente, presentes representantes das três partes; isto é, a presença de 2/3 dos respectivos membros.

3. A reunião deve ter início à hora marcada na convocatória com tolerância de 15 minutos e com duração máxima de 2 horas.

4. As reuniões são realizadas no edifício-sede do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e rotativamente na sede das Organizações dos Empregadores e dos Trabalhadores, com assento na Comissão, ou outro lugar a indicar na convocatória.

5. A acta da reunião (ordinária ou extraordinária) é discutida e aprovada, cujas deliberações são tomadas por consenso e de cumprimento obrigatório.

6. Não havendo consenso, as deliberações são aprovadas por votação.

7. No acto da palavra, os membros têm direito num período máximo de 3 (três) minutos, podendo solicitar outras intervenções que achar conveniente.

8. A ordem de trabalho de cada sessão é definida pelo/a Coordenador/a e obrigatoriamente comunicada ao Titular responsável da Administração do Trabalho, dela devendo constar necessariamente todos os assuntos cuja inscrição tenha sido proposta pelo/a Coordenador/a ou requerida pelo menos por um dos seus membros.

9. As Organizações devem indicar os membros suplentes a substituir os membros efectivos nas reuniões, em caso de ausência deste.

10. Em situações excepcionais e devidamente justificadas, poderá o membro, mediante apresentação de uma carta dirigida ao/a Coordenador/a, indicar o nome do membro que o representará.

11. As ausências injustificadas são susceptíveis de direito ao corte de honorários.

12. Por iniciativa do/a Coordenador/a, pode ser convidado a participar em sessões da Comissão pessoas qualificadas cuja assessoria técnica seja considerada útil.

ARTIGO 5.º

(Competências do/a Coordenador/a)

1. O/A Coordenador/a da Comissão Nacional para a OIT é, por inerência de funções, o/a Director/a do Gabinete Jurídico e de Intercâmbio do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, a quem compete:

- a) Convocar as sessões da Comissão Nacional para a OIT, com antecedência mínima de setenta e duas horas, propor a respectiva ordem de trabalho e comunicá-la ao Responsável da Administração do Trabalho e aos Membros da Comissão;
- b) Assegurar o funcionamento das actividades programadas e presidir as reuniões da Comissão;
- c) Velar para que os trabalhos da Comissão decorram num clima de harmonia total, ordem e disciplina;
- d) Retirar a palavra ao membro, cuja intervenção não esteja de acordo com as regras estabelecidas e que não vá de encontro com o tema em debate ou objectivos da reunião, e impor o respeito pelo tempo marcado no n.º 8 do artigo 4.º do presente Regulamento.

2. Na ausência ou impedimento do Coordenador, este é substituído pelo/a Coordenador/a-Adjunto/a.

ARTIGO 6.º

(Direitos dos membros)

Para efeitos do presente Regulamento Interno, os membros, no desempenho das suas funções, terão os seguintes direitos:

- a) Ter acesso à sala de reuniões, bem como à sala de trabalhos e arquivos da Comissão;
- b) Beneficiar de formação em matéria de Normas do Trabalho e outras, sempre que a situação exigir, no âmbito da assistência técnica da OIT aos seus Estados-Membros, bem como aquelas a serem fornecidas pelo Ministério de tutela;
- c) Beneficiar das demais regalias de acomodação na participação das reuniões da Comissão, sempre que as condições forem favoráveis;
- d) No cumprimento das suas tarefas em missão de serviço no interior e exterior do País (seminários, colóquios, conferências e outros eventos no âmbito da Comissão Nacional), terão direitos às ajudas de custo previstas na legislação nacional em vigor;
- e) Participação às Sessões das Conferências Internacionais, Regionais e Sub-Regionais da OIT, da União Africana, assim como às reuniões de Ministros do Trabalho da União Africana, da SADC, CPLP e outras.

ARTIGO 7.º

(Da Participação em conferências e reuniões)

1. Nas Conferências Internacionais, Regionais e Continentais da Organização Internacional do Trabalho, assim como nas Reuniões de Ministros do Trabalho da SADC, da União Africana e outras, os Parceiros Sociais deverão fazer-se representar pelas Organizações dos Empregadores e dos Trabalhadores representados na Comissão.

2. Os Parceiros Sociais podem, sempre que o entendam, participar ou fazer-se acompanhar por técnicos especialistas de diversas áreas específicas desde que custeiem as despesas com vista à sua deslocação.

3. Salvo situações excepcionais, a composição das Delegações dos Parceiros Sociais deve ser comunicada com 45 dias de antecedência ao Coordenador para que os nomes constem do despacho de deslocação.

ARTIGO 8.º

(Deveres dos membros)

Os membros ou seus representantes devem participar activamente nas discussões, de forma a obter-se resultados, com vista a:

- a) Exercer com zelo e dedicação as suas funções, emprestando à Comissão, o melhor do seu saber e experiência, por forma a contribuir positivamente para uma organização eficaz;

- b) Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento Interno, particularmente no que concerne às decisões deliberadas ou tomadas;
- c) Participar em todas as reuniões convocadas, ou dar conhecimento atempadamente da sua ausência por escrito;
- d) Propor a inscrição de pontos para a agenda, bem como a convocação de uma sessão extraordinária da Comissão.

ARTIGO 9.º
(Do Secretariado)

1. A Comissão Nacional para a OIT é apoiada por um Secretariado, integrado no Gabinete Jurídico e de Intercâmbio do Ministério que Tutela a Administração do Trabalho, a quem compete:

- a) Secretariar as Sessões da Comissão e assinar as respectivas actas;
- b) Elaborar as convocatórias e proceder à sua distribuição;
- c) Prestar apoio administrativo à Comissão, assim como registar as ausências dos membros às reuniões;
- d) Proceder à recepção, registo, triagem e distribuição de toda a correspondência e documentação proveniente da OIT, demais instituições, e das Organizações de Empregadores e Trabalhadores com assento na Comissão e assegurar o seu expediente;
- e) Participar e elaborar relatórios de todas as actividades da Comissão com a participação dos demais membros;
- f) Propor à Coordenação a agenda de trabalho semestral ou anual, bem como o seu plano de actividades; e
- g) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas superiormente.

ARTIGO 10.º
(Infração disciplinar)

1. Considera-se infracção disciplinar a violação, por parte dos membros, dos deveres que são impostos pelas disposições aplicáveis por este Regulamento.

2. A infracção disciplinar prescreve decorrido um ano sobre a sua prática.

ARTIGO 11.º
(Do poder disciplinar)

1. De acordo com as normas estabelecidas no presente Regulamento, a Comissão tem poder disciplinar sobre os seus membros.

2. O poder disciplinar é conferido ao Coordenador da Comissão, e compete ao mesmo informar imediatamente ao Titular responsável da Administração do Trabalho, toda a infracção disciplinar decorrente na mesma.

ARTIGO 12.º
(Procedimento disciplinar)

O exercício do poder disciplinar implica a averiguação dos factos, circunstâncias em que o acto tenha sido praticado, devendo ser reportado por escrito, verbal e por e-mail, de acordo com as circunstâncias e as condições do local em que se realizou a infracção.

ARTIGO 13.º
(Sanções disciplinares)

1. No âmbito do presente Regulamento Interno, as sanções aplicáveis aos membros pela prática de infracções disciplinares são as seguintes:

- a) Censura registada;
- b) Substituição da sua inclusão nas Delegações Oficiais organizadas pela Comissão;
- c) Substituição do membro.

2. A aplicação da sanção prevista na alínea a) do número anterior poderá ocorrer sem instauração de processo disciplinar, enquanto que as sanções previstas nas alíneas a), b) e c) só poderão ocorrer após instauração do competente processo disciplinar.

ARTIGO 14.º
(Recurso)

Da decisão do processo disciplinar, o membro poderá interpor recurso para a Comissão de Disciplina no prazo de 10 (dez) dias.

ARTIGO 15.º
(Comissão de Disciplina, composição e competência)

1. São membros da Comissão de Disciplina:
 - a) O/A Coordenador/a;
 - b) Um Representante dos Empregadores;
 - c) Um Representante dos Trabalhadores.
2. Compete à Comissão apreciar o recurso interposto pelo membro que deverá fazê-lo no prazo de até 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

ARTIGO 16.º
(Alterações)

As disposições do presente Regulamento Interno poderão ser alteradas, sempre que as circunstâncias o impuserem ou aconselharem.

A Ministra, *Teresa Rodrigues Dias*. (22-3702-A-MIA)